



É RETA FINAL

AGENTE DE TRÂNSITO PETROLINA-PE



DIREITO CONSTITUCIONAL

com

Emmanuel Thadeu

DIREITO CONSTITUCIONAL



1. Em relação ao texto expresso da Constituição da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana consiste em

- A) direito individual e coletivo.
- B) direito e garantia fundamental.
- C) fundamento da República.
- D) objetivo fundamental.
- E) princípio das relações internacionais.

DIREITO CONSTITUCIONAL



02. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º , estabelece direitos e garantias fundamentais aos cidadãos residentes no Brasil. Um destes direitos é a

A) livre associação profissional ou sindical desde que o Estado autorize e monitore as atividades.

B) liberdade de crença ou religião e livre exercício de cultos permitidos pelas autoridades competentes.

DIREITO CONSTITUCIONAL



- C)** indenização por dano material ou moral no caso da vida privada, da honra ou da imagem serem atingidas.
- D)** livre manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.
- E)** capacidade para propor ação popular destinada a denunciar abusos de poder ou conduta do poder judiciário.

3 Vincenzo Hernandez nasceu, em 1995 na cidade de Madrid/Espanha, quando seus pais, servidores públicos, estavam a serviço do governo federal brasileiro. Nos dias atuais, Vincenzo deseja se tornar oficial das Forças Armadas do Brasil. Nesse contexto, à luz das disposições constitucionais acerca da nacionalidade, é correto afirmar que

A) Vincenzo deverá residir na República Federativa do Brasil por cinco anos ininterruptos e requerer a nacionalidade brasileira para, posteriormente, se tornar oficial das Forças Armadas.

DIREITO CONSTITUCIONAL



- B)** Vincenzo não poderá exercer o cargo de oficial das Forças Armadas, pois trata-se de cargo privativo de brasileiro nato.
- C)** embora nascido no exterior, Vincenzo é considerado brasileiro nato, o que lhe torna apto para exercer o cargo almejado.
- D)** Vincenzo poderá se naturalizar brasileiro, contudo, mesmo assim, não poderá exercer o cargo de oficial das Forças Armadas.
- E)** o cargo de oficial das Forças Armadas pode ser exercido por brasileiros natos e naturalizados, logo, Vincenzo deverá requerer a nacionalidade brasileira para seguir carreira de oficial.

4. Paulo é espanhol e Maria é brasileira naturalizada e tiveram o filho João, nascido na Espanha. João foi registrado em repartição brasileira competente. Considerando as informações apresentadas e o que dispõe a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

A) João é brasileiro naturalizado, tendo em vista que sua mãe Maria também é brasileira naturalizada.

B) Como Maria é naturalizada, para que João seja naturalizado, é necessário que ele venha a residir no Brasil e, após a maioridade, opte pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo.

DIREITO CONSTITUCIONAL



- C)** João deverá manifestar sua opção pela nacionalidade brasileira após atingir a maioridade perante o consulado do Brasil na Espanha.

- D)** João não é brasileiro naturalizado porque seu pai tem a nacionalidade espanhola e a mãe não estava a serviço do Brasil.

- E)** João é brasileiro nato, ainda que a mãe seja brasileira naturalizada.

5. Dentre os candidatos que pretendem disputar a eleição para Governador estão um prefeito municipal no exercício de seu segundo mandato consecutivo e um militar com mais de dez anos de serviço. Para que sejam elegíveis, de acordo com as normas constitucionais,

A) ambos devem renunciar aos cargos que ocupam até seis meses antes do pleito.

B) ambos devem renunciar aos cargos que ocupam até três meses antes do pleito.

DIREITO CONSTITUCIONAL

C)ambos devem afastar-se dos cargos que ocupam até seis meses antes do pleito, sendo que o militar, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

D)o Prefeito deve renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito, ao passo que o militar deve ser agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

E)o Prefeito não precisará renunciar ao mandato, mas o militar deverá afastar-se da atividade e, se eleito, perderá o cargo no ato de sua diplomação.

DIREITO CONSTITUCIONAL



6. Considere a seguinte hipótese: à falta de legislação federal, um determinado estado brasileiro legislou amplamente sobre defesa do solo. Posteriormente, a União supriu a mora legislativa quanto a essa matéria. Nesse caso, com o advento da lei federal,

- A) a lei estadual foi derogada pela legislação federal posterior.
- B) a lei estadual foi ab-rogada pela legislação federal posterior.
- C) foi suspensa a eficácia da lei estadual pela lei federal no que lhe for contrário.
- D) mantiveram-se os planos de validade, vigência e eficácia da lei estadual, pois incidem em planos materiais distintos, constitucionalmente delimitados.
- E) a lei estadual é inconstitucional por invasão da competência privativa da União, portanto inválida *ex tunc*.

DIREITO CONSTITUCIONAL



7. Ao dispor sobre a organização do Estado brasileiro, a Constituição Federal estabelece que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- A) desapropriação.
- B) trânsito e transporte.
- C) comércio interestadual.
- D) previdência social.
- E) seguridade social.

8. Suponha que um servidor ocupante de cargo efetivo da RioPretoPrev pretenda candidatar-se a prefeito nas próximas eleições municipais. Considerando as disposições constitucionais aplicáveis, o referido servidor

A) terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento, caso afastado do seu cargo efetivo para exercício do mandato.

B) não pode se afastar do cargo efetivo para concorrer ao mandato eletivo, somente havendo tal prerrogativa para concorrer a cargo de vereador.

DIREITO CONSTITUCIONAL

C) pode cumular a remuneração do cargo efetivo e o subsídio de prefeito, caso venha a ser eleito, salvo havendo manifesta incompatibilidade de horários.

D) somente pode se afastar do cargo efetivo para concorrer ao eletivo, e cumular as remunerações correspondentes, se contar com mais de 5 anos de efetivo exercício.

E) terá a contagem do seu tempo de serviço interrompida, para todos os efeitos funcionais e previdenciários, durante o período em que venha a se afastar para o exercício do mandato.

9. A Constituição Federal, ao abordar a Defesa do Estado e das instituições democráticas, trata do estado de defesa. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

A) Decretado o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de doze horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria simples

B) Na vigência do estado de defesa é obrigatória a incomunicabilidade do preso

DIREITO CONSTITUCIONAL



C) Se o Congresso Nacional estiver em recesso, a decretação do estado de defesa deverá aguardar o retorno da sessão legislativa ordinária

D) O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as previstas da Constituição Federal

10. Acerca do capítulo “Da Segurança Pública”, assinale a alternativa que está de acordo com o que dispõe o texto constitucional:

A) A polícia federal se destina a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

B) A polícia rodoviária federal e a polícia ferroviária federal se destinam, respectivamente, ao patrulhamento ostensivo de rodovias e ferrovias federais, e, na forma da lei, como força auxiliar à polícia federal no exercício de polícia judiciária.

DIREITO CONSTITUCIONAL



C)Incumbem às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária, a apuração de infrações penais, exceto as militares, e a execução de atividades de defesa civil.

D)Cabem às polícias militares a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, além de servirem como forças auxiliares e reserva do Exército.

E)Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei, bem como a função de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

DIREITO CONSTITUCIONAL



11. Com fundamento na Constituição Federal de 1988 e sua interpretação doutrinária e jurisprudencial, assinale a alternativa **correta** a respeito do poder legislativo e seus órgãos:

A) É da competência exclusiva do Congresso Nacional dispor sobre a concessão de anistia.

B) As Constituições dos Estados disporão sobre os respectivos Tribunais de Contas, que serão integrados por sete Conselheiros.

DIREITO CONSTITUCIONAL



- C)** Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por 1/3 de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- D)** Cada Senador dos Estados-membros ou do Distrito Federal será eleito com 3 suplentes, para o exercício de mandato de 8 anos, com representação renovada de 4 em 4 anos, alternadamente, por um e dois terços.
- E)** Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto aberto, após arguição pública, a escolha do Procurador-Geral da República.

12. Sobre os juízes, suas garantias e proibições segundo as normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

- A)** É permitido aos magistrados dedicar-se à atividade político-partidária.
- B)** É vedado ao juiz exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

DIREITO CONSTITUCIONAL



- C)** Os juízes gozam, dentre outras, da garantia da inamovabilidade, salvo por motivo de interesse público.

- D)** Os juízes podem exercer, cumulativamente, qualquer outro cargo ou função, inclusive o de magistério.

- E)** Os juízes gozam, dentre outras, da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.



É RETA FINAL

AGENTE DE TRÂNSITO PETROLINA-PE

SEMANA DA
ULTRA
PIS
SEM

DIREITO CONSTITUCIONAL

com

Emmanuel Thadeu